

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

LORENA MARTIN LOPES

**LUDICIDADE: UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO ENSINO REGULAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA
2012

LORENA MARTIN LOPES



**LUDICIDADE: UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO ENSINO REGULAR**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para avaliação da disciplina de Metodologia da Pesquisa, do Curso de pós-graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira - *Câmpus Medianeira*.

Orientadora: Profª Esp. *Flóida Batista*

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA
2012



TERMO DE APROVAÇÃO

LUDICIDADE: UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

Por

Lorena Martin Lopes

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia..... de..... de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

.....

Prof^a. Esp. Flóida Moura R. C. Batista
UTFPR – *Campus* Medianeira
(orientadora)

Prof. Rogério Eduardo Cunha de Oliveira
UTFPR – *Campus* Medianeira

Dedico primeiramente a Deus por me conceder a oportunidade de realizar este curso de especialização e ao meu noivo que sempre esteve presente e com quem pude compartilhar cada anseio e dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu noivo, pela correção ortográfica da pesquisa, por sanar tantas dúvidas e por todo apoio.

À minha orientadora professora Prof^a Flóida Batista que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“De modo suave, você pode sacudir
o mundo.”
(Mahatma Gandhi)

RESUMO

LOPES, L. M. **Ludicidade: uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular.** 2112. 56 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

Esta pesquisa apresenta uma abordagem teórica sobre a importância de se utilizar o lúdico como uma alternativa na prática escolar para assim, orientar trabalho com alunos com necessidades educativas especiais das séries iniciais do ensino fundamental no ensino regular. Primeiramente foi feito um estudo sobre a perspectiva histórica da educação especial desde a antiguidade até os tempos atuais, após, deu-se início aos argumentos sobre a inclusão de alunos excepcionais nas instituições de ensino regular como seus desafios, barreiras e conquistas, assuntos já tanto discutidos, mas que ainda são impasses e causam medo aos profissionais da educação por conta de todo o entorno escolar não estar devidamente preparado. Em seguida foi realizada uma análise sobre o conceito da ludicidade, como formas de estimular e contribuir para uma educação de qualidade como também seus benefícios para o ensino inclusivo. No intuito de conhecer como as escolas de ensino regular utilizam o lúdico na prática cotidiana como recurso didático para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, foi realizado uma entrevista com diversos profissionais e alunos em uma escola municipal da rede regular de ensino do município de Marilena estado do Paraná, cujo há alguns alunos com necessidades educativas especiais, objetivando saber de que maneira os profissionais utilizam o lúdico em sua prática para o sucesso do aluno de inclusão. Obtém-se como resultado um panorama conceitual composto pela visão desses profissionais e também uma reflexão sobre as expectativas e opiniões dos educandos referente no que tange o trabalho educacional inserido em uma proposta lúdica.

Palavras-chave: Educação Especial. Lúdico. Didática.

ABSTRACT

LOPES, L. M. Playfulness: **an alternative to inclusive education in mainstream education**. 2112. 56 sheets. Monograph (Expertise in Education: Teaching Methods and Techniques). Federal Technological University of Paraná, Medianeira, 2012.

This research presents a theoretical approach on the importance of using play as an alternative to school practice thus guide work with pupils with special educational needs of the lower grades of elementary education in regular schools. First was a study done on the historical perspective of special education from antiquity to modern times, after, was initiated to arguments about the inclusion of exceptional students in regular education institutions as its challenges, barriers and achievements, both subjects already discussed, but they are still impasses and cause fear in professional education on behalf of the whole school environment is not well prepared. Then an analysis is discussed about the concept of playfulness, play area, play, play and play as ways to stimulate and contribute to a quality education as well as its benefits for inclusive education. On order to know how mainstream schools use the playfulness in daily practice as a teaching resource for working with pupils with special educational needs, was conducted an interview with several professionals and students in a public school in the regular school system of the city of Marilena aiming to know how the professionals use in the playful practice for successful inclusion student. Obtained result is a panorama composed of conceptual vision of these professionals and also a reflection on the expectations and opinions of students regarding regarding educational work inserted into a playful proposal.

Keywords: Special Education. Ludic. Didatic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
2.2 HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	12
2.3 INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA OS SISTEMAS DE ENSINO	13
2.3.1 Barreiras ao ensino inclusivo.....	18
2.4 A LUDICIDADE COMO CIÊNCIA	20
2.4.1 Espaços lúdicos	22
2.4.2 O Brincar	23
2.4.3 O Brinquedo	26
2.4.4 Jogos.....	29
2.5 EDUCAR LUDICAMENTE.....	33
2.6 A LUDICIDADE COMO PROPOSTA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	35
2.7 O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E O LÚDICO NO ENSINO INCLUSIVO	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DA PESQUISA	39
3.1 LOCAL DA PESQUISA OU LOCAL DO ESTUDO	39
3.2 TIPO DE PESQUISA E TÉCNICA DA PESQUISA	39
3.3 COLETA DOS DADOS.....	40
4 ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS:.....	41
4.2 ENTREVISTAS COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	43
4.3 ENTREVISTAS COM OS ALUNOS	48
5 Resultado e discussão	51
6 Considerações finais	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	56

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vem ao encontro das dificuldades vivenciadas no contexto escolar. Para tanto, parte da prerrogativa de que a maioria dos profissionais da educação desconhece uma forma adequada de trabalhar o aspecto lúdico do ensino, ainda mais considerando esse elemento como recurso didático de estimulação para potencializar e viabilizar o desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais, inseridas, especificamente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos da rede regular de ensino.

Também essa pesquisa focaliza a necessidade de mostrar que, tendo em vista o melhor desenvolvimento da criança com necessidades educativas especiais, são de suma importância a interação e as brincadeiras, pois estas estimulam na criança o sentido de que é protagonista de seu próprio desenvolvimento psicossocial. Dessa forma o papel da escola é de encorajar as atividades que envolvam expressão criadora no desenho, na pintura, no ritmo, na música, no teatro e nos trabalhos manuais.

Assim, é necessário que desde a gestação e nos primeiros dias de vida, a criança seja estimulada para que se desenvolvam suas capacidades sociais, cognitivas e emocionais. Uma criança com necessidades educativas especiais precisa ser tocada e recebida com carinho e interagir com outras pessoas, assim como qualquer outra criança. Neste momento o lúdico é fundamental tanto para o aluno quanto para o professor, pois rompe barreiras e preconceitos em uma sociedade moldada, unindo laços e aprendendo que as diferenças são as verdadeiras riquezas da vida, é sair de si e aceitar o próximo nas suas singularidades. Tendo em mente que a criança aprende brincando, consideramos que assim também é a criança especial.

Portanto, o objetivo é contribuir para a ampliação do conhecimento dos profissionais que trabalham com a inclusão para a melhor utilização dos recursos lúdicos. Dessa forma, auxiliar o profissional concretizar o desenvolvimento integral da criança especial e concomitantemente indicar como se deve estimular o educando no desempenho de tarefas mais complexas através do envolvimento e desafios propostos por atividades lúdicas. Ademais, a teoria aqui pesquisada

engloba uma reflexão acerca de materiais e recursos pedagógicos que viabilizam o trabalho do professor de acordo com a realidade do aluno especial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem vivenciado nessas últimas décadas grandes transformações estando em uma fase de mudanças de paradigmas e, inclusive, ultrapassando a simples concepção de atendimentos especializados dividido por categorias de excepcionalidade para uma educação voltada à formação integral do indivíduo com vistas ao exercício de plena cidadania.

Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode se constatar que até o século XVIII as noções e o conceito de diferenças individuais não eram compreendidos ou avaliados.

Segundo Mazzota (2001 p.16) a própria religião – com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito – inculcava a ideia de condição humana como incluindo a perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiências ou imperfeições era postos à margem da condição humana.

Nesse contexto, as pessoas diferentes, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, eram praticamente exterminadas ou vitimadas pelo abandono, o que então não representava um problema de natureza ética ou moral.

Na Idade Média, as pessoas “doentes”, “defeituosas” ou mentalmente afetadas, não podiam ser exterminadas, pois eram criaturas de Deus. Alguns eram “aproveitados” como fonte de diversão, como bobos da corte, material de exposição deixado à própria sorte. Ainda no século XVIII começaram a surgir instituições para abrigar deficientes mentais.

Desde o século XVI até os dias de hoje percebemos as mudanças ocorridas no que se refere à deficiência. Começaram a surgir novas idéias referentes à natureza orgânica (causas naturais). Assim, passam também a ser tratados por meio de alquimia, da magia e da astrologia, métodos da então iniciante medicina. Bianchette, et al (1998) afirma que:

De todo o modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do médico. Passando pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais do século XX. No século XIX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses seres diferentes – os deficientes, como eram chamados (BIANCHETTE, ET AL, 1998 p.45).

Nota-se, dessa forma, as constantes evoluções do pensamento humano, em relação ao conceito de pessoas com necessidades especiais. Percebe-se assim que a consciência social está caminhando ritmicamente para o cumprimento do lema “uma sociedade mais igualitária”.

2.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

De acordo com Mazzotta (2001, p.29) o atendimento escolar especial aos portadores de deficiências no Brasil teve seu início por volta de 1854 com a fundação Imperial do Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde por volta de 1891 a escola passou a ser denominada Instituto Benjamin Constant em homenagem a um ilustre e atuante ex-professor. Em 1856 criou-se o Instituto Imperial para Surdos e Mudos, é importante salientar que desde seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdos/mudos com idade entre 7 e 14 anos.

Percebe-se que nessa época não se dava tal importância aos portadores de deficiência mentais. O Instituto funcionava em regime de internato, semi-internato e externato em que partes dos alunos eram atendidos mediante convênios com instituições públicas e federais que, com vistas ao sucesso logrado, se expandiu pelas principais cidades.

Em 1932 foi implantada a sociedade Pestalozzi no Brasil, onde foi a primeira instituição voltada para educar pessoas com deficiência mental. Surge no cenário brasileiro, em 1954, o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí as APAEs tornaram-se a maior prestadora de serviços da educação e habilitação das pessoas portadoras de deficiências em todo o país.

Mas, já sob a óptica da legislação educacional, a Educação Especial foi contemplada inicialmente no texto da lei 4.024/61 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional e estabeleceu, em seu artigo 88, que a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Em 1971, o MEC criou um grupo-tarefa para tratar da problemática da educação especial, produzindo uma proposta de criação de um órgão autônomo para discutir o assunto. Posteriormente, a visão de necessidade no tecnicismo para trato da deficiência num contexto maior aconteceu com a lei Nº 5.692/71.

O artigo 9º da lei 5.692/71 determina que seja atribuído tratamento especial aos alunos portadores de deficiências físicas ou mentais, aos que se encontrarem em atraso considerável quanto a idade regular da matrícula e aos superdotados. Entende-se no texto da lei, que o termo “Deficiência Física” compreende os comprometimentos motores e sensoriais.

Com a instituição da nova lei da LDB 9.394/96 art. 58, passou-se a entender por Educação Especial, a modalidade da educação escolar, aferida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Na rede pública, todos com diferenças individuais têm acesso e direito garantido de forma que possam se assemelhar cada vez mais aos demais cidadãos inseridos no contexto social.

2.3 INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA OS SISTEMAS DE ENSINO

A promoção da educação inclusiva, fundamentada no princípio da universalização do acesso à educação e na atenção à diversidade, requer uma filosofia de educação de qualidade para todos. Na busca deste pressuposto é essencial o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, a ampliação da participação da família e da comunidade nos espaços educacionais, a organização das escolas para a participação e aprendizagem de todos os alunos e alunas e a formação de redes de apoio à inclusão.

O movimento pela inclusão se constitui uma postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares.

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas. A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a idéia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população. Assim, é necessário considerar a implantação de propostas com vistas à gestão, à formação de professores, às metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

A inclusão amedronta alguns educadores, que passam a se sentirem ameaçados. É difícil para o educador receber um aluno com necessidades educativas especiais pela primeira vez. A inclusão só acontece quando a escola assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é transmitido, concebido e avaliado.

Geralmente inúmeros educadores entendem que ensino integrado seja equivalente a ensino inclusivo, porém, observamos que no ensino integrado a criança tem de se adaptar à escola, às suas vivências, isto é, Ela tem de se transformar, conseguir conviver com o novo ambiente institucional, já no ensino inclusivo a escola é que se adapta ao aluno de acordo com as sua necessidades para que se possa atendê-lo da melhor forma possível, sendo ele a prioridade de maneira que supere e se aprimore cada vez mais em seu desenvolvimento.

De acordo com a Revista Nova Escola (GUIMARÃES, 2003, p. 40) a inclusão de estudantes com deficiências nas classes regulares pressupunha um avanço histórico em relação ao movimento de integração que requer algum tipo de treinamento do deficiente para permitir sua participação no processo educativo comum. A inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para o

trabalho com todos os educando, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. Por isso todas as crianças que estão nas escolas especiais têm o direito constitucional de ingressar no sistema regular, em turmas condizentes com sua idade.

Há propostas de modificações curriculares visando à implantação de programas mais adaptados às necessidades específicas das crianças portadoras de deficiência, tendo sido dada uma ênfase especial no estabelecimento dos componentes de auto-determinação da criança portadora de deficiências. As equipes técnicas das escolas também têm trabalhado para fornecer um atendimento mais adequado ao professor de classe comum. A Constituição federal, 1988, Capítulo III, Seção I Artigo 205, cita que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Capítulo III, Seção I Artigo 205).

Se a educação é direito de todos, os indivíduos portadores de deficiência estão, sem dúvida, incluídos. Portanto, sua educação é plenamente assegurada. Além disso, o artigo 208, inciso 3, ressegura “ O (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, profissionalmente na rede regular de ensino.”

A partir de uma dimensão dialética, pensamos uma educação inclusiva considerando a educação como prática de inclusão social. Não podemos falar em educação especial, sem pensar na educação de todos. O paradigma da inclusão serve de parâmetro à gestão educacional e para efetivação de projetos políticos pedagógicos que privilegiam o respeito às diferenças, numa transformação histórica para os processos de exclusão, presentes na educação brasileira (MONTEIRO, 2005, p.3).

A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo constituídas as relações humanas. Pessoas portadoras de deficiência, aquelas com necessidades especiais, sempre foram consideradas como “doentes” e incapazes frente aos padrões de normalidade. As situações sociais sempre lhes proporcionaram desvantagens no que se refere às interações sociais, ocupando o espaço da caridade, da filantropia e da assistência social.

Quanto à Educação Especial, um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até bem pouco tempo, a teoria e a prática

dominantes quanto ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos ressaltavam apenas o que neles era a falta e quais seriam os recursos para a reparação dessas faltas. Vygotsky (1989 apud MONTEIRO, 2005 p.4), no entanto, nos lembra que “a deficiência não é só impossibilidade, mas também é força. Nesta verdade psicológica se encontra o início e o fim da educação social dos alunos com deficiência”.

Na tentativa de eliminar os preconceitos, oportunizar inserções, integrar os alunos com deficiências nas escolas comuns do ensino regular, surgiu o movimento de integração escolar (predominante nos anos 60, 70, 80). Essa prática caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais como um sistema de integração parcial, ou seja, um espaço específico dentro da escola, muitas vezes destacado no espaço físico e destinado a uma possível preparação para a “integração total” na classe comum. Embora muitos alunos passem toda a sua vida escolar na mesma classe especial. Skiliar (1997) ressalta que:

Há uma falta de reflexão educativa sobre a educação especial e é preciso pôr em relevo uma necessidade específica: incluir a análise dos fatos dentro dos problemas educativos gerais e não, como se faz habitualmente, fora deles, ou seja, “quanto mais longe melhor” (SKILIAR, 1997 apud MONTEIRO, 2005, p.5).

Certamente, a educação tem hoje o grande desafio de (re) significar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente. A educação das crianças especiais é um problema, como é também o da educação das classes populares, a educação é um problema, a educação rural, a das crianças de rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos etc. Em todos esses grupos há uma especificidade que os diferencia, mas há também um fator comum que os tornam semelhantes, trata-se daqueles grupos que, com certa displicência, são tidos como minorias.

Atender às diferenças, atender às necessidades especiais, (re) significar, mudar o olhar da escola, pensando não na adaptação do aluno, mas na adaptação do contexto escolar aos alunos inclusivos. Isso significa torná-lo múltiplo, rico de experiências e possibilidades, pronto para viver, conviver com o diferente, rompendo barreiras humanas e arquitetônicas, criando novos conceitos, dando novos sentidos, (re) significando a aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano. Se o processo de inclusão atingir este feito – repensar a escola – ele é muito bem-

vindo. Como nos fala Proust (apud MONTEIRO, 2005, p.7) “uma verdadeira viagem de descoberta não é procurar nova terras, mas ter um olhar novo”.

A educação inclusiva, em vez de focalizar a deficiência, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e as condições de aprendizagem. O professor é o profissional da aprendizagem – alguém que aprende quando ensina, porque pode observar o processo de desenvolvimento de seus alunos, sempre desejosos de aprender. Nessa dimensão, os problemas não estão no aluno, mas no tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola pode propiciar e que vêm ao encontro da deficiência, que minimizem a incapacidade, caso ela exista, e que não coloquem o aluno em desvantagem. Não é o aluno que se adapta à escola, aos padrões esperados, para ser aceito como educando porque ela já o é. O Projeto Político Pedagógico de cada escola que se faz inclusiva deverá atender ao princípio da flexibilidade em seu currículo, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar. Trata-se de romper a cultura (pré) determinada da escola, (re) significando suas práticas.

É preciso identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo. A avaliação educacional, ao contrário do modelo clínico, tradicional, classificatório, deverá sinalizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem – o potencial do aluno, os conhecimentos já adquiridos e aqueles que estão em processo. Dentro da perspectiva de Vygotsky, temos de estar atentos aos conhecimentos que, através das interações, vão se construindo. Quais são as barreiras a remover para a inclusão do aluno no processo pedagógico?

A educação inclusiva é um processo em que se amplia mediante a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A educação inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana e busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-aluno, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana

dos professores e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com Educação Especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com o apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo seja em escolas de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular.

Porém, sabe-se que o ensino inclusivo é uma tarefa árdua, pois existem inúmeros empecilhos que tem de ser superados aos poucos, através de novas experiências, atitudes, conceitos e acima de tudo investimento, onde demanda tempo, porque a educação no Brasil tem ainda muito que crescer.

2.3.1 Barreiras ao ensino inclusivo

Ainda existem alguns fatores que impendem nos dias de hoje a total eficiência da implantação de um modelo educacional que contemple a todos com suas diferenças e limitações. Então, sentiu-se a necessidade de salientar alguns, vejamos:

- Atitudes negativas em relação á deficiência;
- Invisibilidade na comunidade das crianças com deficiência que não frequentam a escola;
- Custo;
- Acesso físico;
- Dimensão das turmas;
- Pobreza;
- Discriminação por gênero;
- Dependência (alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência em relação ao professor);

A inclusão das crianças começa com a capacitação dos educadores e funcionários e com a sensibilização da sociedade, com ênfase no diálogo com os pais tanto de crianças portadoras de necessidades especiais quanto de crianças não portadoras.

As atitudes dos professores podem ser barreiras para a inclusão. Com isso ressalta que:

A realidade em nossas escolas tem se mostrado muito contraditória a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em suas salas, há os que a temem outros que a toleram e muitos que a rejeitam (CARVALHO, 2000 apud BARBOSA, 2006, p.8)

Os que temem afirmam se sentir despreparados para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Muitos, impregnados pelo modelo médico, sugerem a ação de especialistas, supostamente os mais indicados para atender aos alunos com deficiências. Os que toleram, em geral, cumprem ordens superiores e transformam a presença do aluno em algo penoso, que pode ficar mais segregado ou excluído do que se estivesse em espaços especiais. Os que rejeitam alunos com deficiência em suas turmas se defendem afirmando que em seus cursos de formação não foram preparados e que não dão conta nem dos ditos normais. Soma-se a isso uma série de descontentamentos com a situação atual do magistério.

“O professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, pois é ele que responde diretamente pela aprendizagem na sala de aula”. (MANTOAN, 2001, p.173).

Isto significa que os professores e os demais relacionados à educação precisam aprender muita coisa acerca das crianças deficientes. Na realidade precisam aprender a levar em consideração as diferenças de natureza e graus variados, apresentadas por quaisquer pessoas.

Sendo assim, é importante que o professor tenha clareza da importância de seu papel, pois a ele cabe ser o mediador da prática inclusiva, o mesmo fará com que a criança portadora de necessidades educativas especiais seja aceita e respeitada por toda a comunidade escolar.

Ao chegar à segunda parte dessa pesquisa, a ludicidade, uma prática será analisada sob forma de melhorar e contribuir para o ensino inclusivo, onde o maior objetivo é a socialização do aluno especial e sua conseqüente melhora que

possa ser notável para seu intelecto, garantindo com isso, uma maior qualidade no meio educacional e uma maior quantidade e qualidade de estímulos à aprendizagem.

2.4 A LUDICIDADE COMO CIÊNCIA

Este capítulo apresenta um estudo bibliográfico sobre o aspecto lúdico da aprendizagem e qual sua importância para o desenvolvimento do educando com necessidades educativas especiais inseridos no ensino regular, como também os demais alunos sem dificuldades aparentes. Considera-se o lúdico como um excelente recurso didático para que o professor de Educação Inclusiva tenha em mãos e utilize em seu dia-a-dia.

Santos (2001, p.42) em suas pesquisas realizou estudos minuciosos a respeito do cérebro humano que comprovam que possui funções diferenciadas em seus dois hemisférios (hemisfério direito e hemisfério esquerdo), descobriu também que este está dividido em quatro quadrantes (superior e inferior direito e superior e inferior esquerdo), e que os hemisférios têm predominâncias diferenciadas e que no hemisfério esquerdo o que predomina é a razão enquanto que no hemisfério direito há a predominância da emoção do ser humano.

O brincar está centrado no quadrante superior do hemisfério direito onde predomina a emoção. Comprovou-se também que os seres humanos usam o potencial do cérebro entre 1% e 10% confirmando assim que existe ainda uma fonte inesgotável a ser explorada em nossas mentes. O homem utiliza muito pouco o hemisfério direito que é o responsável pelas emoções que são fundamentais para despertar da ludicidade (fluir naturalmente), principalmente na Educação Inclusiva, onde ao realizar essas atividades faz com que se aproximem os laços, quebrando o preconceito, dando assim, oportunidades aos educandos com necessidades educativas especiais a se descobrirem e descobrirem ao mundo.

Portanto, faz-se necessário refletir sobre as práticas pedagógicas, percebendo o lúdico como estratégias plausíveis e facilitadoras do processo de inclusão.

Os educadores são unânimes em afirmar que a educação é falha, rejeitam o ensino pela via do treinamento, da racionalidade excessiva, da repressão e da massificação. Por outro lado, são unânimes também em considerar a ludicidade como uma estratégia viável que se adapta a novas exigências da educação. O problema é que estes estudos não foram suficientes para mudar as práticas vigentes. (SANTOS 2001, p.14).

Os professores acreditam conhecer e saber muito bem como desenvolver atividades lúdicas por acreditarem que um dia foram crianças e brincaram. Na verdade, não é nada disso que o lúdico enquanto ciência propõe. É necessário, portanto, que os professores procurem conhecer e estudar sobre essa ciência na área educacional, que propõe um novo paradigma onde a criança especial de inclusão irá aprender brincando, ou seja, onde o professor ensina o aluno sem o entediar, utilizando métodos de aprendizagem muito mais eficazes para que os alunos venham a construir seus conhecimentos, como o jogo, por exemplo.

Mas, para que essa prática pedagógica dê certo é preciso que os profissionais da educação Inclusiva, em especial os professores, venham a conhecer e entender qual o verdadeiro significado do lúdico, para que assim possam vir a aplicá-lo adequadamente, criando dessa forma uma relação recíproca entre o brincar e o aprender, pois o brincar pode proporcionar à criança uma ampla fonte de conhecimentos. Seria muito interessante que as escolas se conscientizassem da importância dessas atividades e mudassem sua prática deixando de realizar as atividades lúdicas apenas em horários do recreio ou no momento do descanso, simplesmente para dizer e comprovar que realizam atividades lúdicas.

De acordo com a pesquisa realizada por SANTOS, percebe-se que as escolas não estão muito preocupadas com o ato de brincar, mas sim em escolarizar, deixando com isso as brincadeiras fora de suas rotinas de trabalho. Sendo assim, dificilmente procuram oportunizar aos seus alunos momentos lúdicos, vindo a ter uma grande preocupação com o desenvolvimento cognitivo das crianças deixando bem claro que não possuem nenhum conhecimento sobre o que brincar pode vir a desenvolver tanto na criança especial de inclusão quanto na criança comum. Na realidade através da ludicidade desenvolver-se-á o aspecto cognitivo, o desenvolvimento sócio afetivo e muitos outros segmentos importantes no processo educativo. Portanto, a inovação das práticas pedagógicas nas instituições escolares em especial as de Educação Inclusiva, deveriam fazer parte do cotidiano dos professores não por exigência das escolas, mas por estes terem consciência do

papel fundamental que exercem na vida das crianças com necessidades educativas especiais, tornando assim para as crianças, as aulas mais atraentes e motivadoras por serem desafiadoras e prazerosas acabando assim, por interferir diretamente e positivamente nos resultados do processo de ensino–aprendizagem e acima de tudo, contribuindo para uma maior socialização desses alunos junto aos demais.

Segundo as pesquisas realizadas ainda por SANTOS (2001) a atividade quando possui um caráter lúdico se torna uma alavanca para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

A ludicidade como ciência se fundamenta sobre os pilares de quatro eixos de diferentes naturezas, Isto é, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Epistemológica, Sociológica porque na atividade Lúdica engloba demanda social e cultural Psicológica porque se relaciona com os processos de desenvolvimento e de aprendizagem do ser humano em qualquer idade em que se encontre. Pedagógica porque se serve tanto da função teórica existente, como das experiências educativas provenientes da prática docente. Epistemológica porque tem fonte de conhecimentos científicos que sustentam o jogo como fator de desenvolvimento (SANTOS, 2001, p. 42).

Contudo, nota-se a importância que o papel da ludicidade tem a respeito de estimular o desenvolvimento do indivíduo nos seus mais diversos âmbitos, dando sua contribuição tanto para os alunos quanto para os profissionais e a escola como um todo. Basta conhecer e aprender para que seja aplicada de forma consciente.

2.4.1 Espaços lúdicos

As atividades lúdicas se dividem em três dimensões: jogos, brinquedos e brincadeiras. Sendo assim, deve-se considerar e identificar em quais espaços essas atividades devem acontecer. Normalmente tem-se a idéia de que um espaço lúdico seja estádio, ginásio, praça, parque, jardim, e outros. Quando na verdade, não há a necessidade da existência de espaços lúdicos, pois as atividades lúdicas podem acontecer em qualquer ambiente. O que a tornará mais agradável e prazerosa não é o local em que se realizarão, mas sim o propósito que a atividade possui e o encaminhamento destinado à mesma. A ludicidade faz parte da vida de todos os seres humanos, sendo assim todo espaço pode ser classificado como lúdico e o que

determinará isto é a atividade realizada e se ela está ou não caracterizada como lúdica.

Para que a criança com necessidades educativas especiais possa brincar e se socializar com as demais, ela necessitará de um espaço adequado que pode ser variado de acordo com a sua idade. Portanto, o espaço mais adequado para toda criança poder brincar deverá ser em locais amplos e sem objetos que possam atrapalhar. Em outros momentos se fará necessário um espaço menor e com objetos que se farão necessário, pois estes estimularão o desenvolvimento da criança em diferentes situações em que a mesma estará interagindo com o meio que o cerca. Portanto, é imprescindível que os espaços que a criança tenha para brincar sejam sempre os mais variados possíveis.

2.4.2 O Brincar

Brincar é para criança um dos momentos mais maravilhosos, é o momento mágico.

O brincar proporciona a aquisição de novos conhecimentos, desenvolve habilidade de forma natural e agradável. Ela é uma das necessidades básicas da criança, e essencial para um bom desempenho motor, social e cognitivo (MALUF, 2003, p.26).

A brincadeira é uma atividade muito importante para a vida da criança especial, mas esta atividade não deve servir como uma atividade simplesmente distrativa, muito pelo contrário a brincadeira é uma necessidade do indivíduo sendo um fator determinante para o seu desenvolvimento integral (físico, mental e emocional) que contribuirá muito para a formação de sua personalidade e de sua identidade, por ser o brincar um momento livre e espontâneo.

A criança sem fantasia do brincar jamais terá o encanto, o mistério e a ousadia dos sonhadores, que só a emoção proporciona. A expressão lúdica tem a capacidade de unir razão e emoção conhecimento e sonho, formando um ser humano mais completo e pleno. (SANTOS, *apud* GRASSI, 2004, p.22)

Quando a criança não tem a oportunidade de brincar em sua infância, possivelmente em seu futuro se tornará um indivíduo que se privará dos sonhos e das emoções que o ato de brincar na infância tem o poder de desenvolver no ser humano. Todas as pessoas, independentes de sua idade, adultos e crianças, necessitam interiormente de alguns momentos de brincadeiras por ser natural ao desenvolvimento humano.

Quando a criança brinca encontra respostas para algumas perguntas e experimenta momentos de interação com outras pessoas, isso é essencial para o desenvolvimento humano. A brincadeira também provoca e desperta o funcionamento do pensamento levando assim a adquirir mais conhecimentos sem se tornarem pessoas estressadas e medrosas, pois é através da brincadeira que a criança tem a oportunidade de vivenciar momentos de conflitos se puder contribuir e ajudar a resolvê-los de uma forma agradável, se estas forem brincadeiras saudáveis; pois, se as mesmas forem brincadeiras agressivas, podem ter um efeito contrário despertando na criança um lado agressivo.

Portanto, cabe aos educadores prestarem muita atenção no momento em que a criança estiver brincando livremente e se o mesmo perceber o interesse da criança por esse tipo de brincadeira deverá então intervir procurando induzi-la a se interessar por outra brincadeira para que assim contribua para o seu desenvolvimento levando a criança a crescer intelectual, social e emocionalmente tornando-se pessoas mais inteligentes, competentes, criativas e felizes, que é o mais importante.

Portanto, todo o aprendizado que a brincadeira desperta e permite é fundamental para a formação da criança como um todo, ou seja, em todas as etapas de sua vida. É através das brincadeiras que as crianças têm a maior facilidade de compreender as informações recebidas e elaborar uma reflexão sobre as mesmas para depois formar um novo conceito a respeito destas informações. A brincadeira possibilita à criança uma reorganização de seus pensamentos e emoções, tendo uma importante parcela de contribuição para que as crianças aprendam a controlar as emoções – o que é muito importante – na vida emocional e na vida de qualquer pessoa, especialmente no período da Educação Infantil onde é formada sua identidade, a imagem de si mesmo e do mundo. Toda criança que brinca tem a possibilidade de viver uma infância feliz, além de que terá a oportunidade de se

tornar um adulto equilibrado físico e emocionalmente. Sendo assim terá a possibilidade de conseguir enfrentar e solucionar os problemas com mais facilidade.

A brincadeira faz com que a criança vá aprendendo a fazer a relação e diferenciando o seu mundo interior do exterior, ficando claro e evidente para ela o que é fantasia, desejo, imaginação e o que é real. Além disso, poderá compreender que no mundo interior poderá estar o caminho para futuras conquistas do mundo exterior e que todos os seres humanos precisam sonhar, desejar para a partir daí, através de suas ações, ir à busca dessas realizações e desses sonhos contidos no seu interior.

Brincadeira é o ato ou efeito de brincar, é o momento em que se utilizando o brinquedo, a criança brinca. Na brincadeira a atenção da criança se prende ao brinquedo e ao ato de brincar, explorar integralmente os atributos do objeto da brincadeira, como, por exemplo, sua cor, forma, sua textura, sua espessura, sua consistência, seu odor seu sabor, suas possibilidades, utilizando-se para isso dos sentidos do corpo como um todo. (MALUF, 2003, P. 71)

E neste momento, a criança procura isolamento porque ela necessita desse momento só para si, mesmo que existam outras crianças no ambiente ela permanecerá centrada em um mundo em que os únicos seres existentes serão ela e seu objeto de conhecimento que no momento é o brinquedo e aos poucos ela vai incluindo outras pessoas nesse mundinho seu, mas somente como figurantes que estão no mesmo local, mas ainda não fazem parte dessa brincadeira, pois tem medo que o outro lhe tomará seu brinquedo e passa a defendê-lo para que isso não venha a acontecer.

Aos poucos essa insegurança é superada, pois a criança percebe que também está interessada no brinquedo de seu colega e aí passa a realizar as brincadeiras em grupo que podem acontecer de forma harmoniosa em alguns momentos e conflitantes em outros. Mesmo assim, é um valioso momento de construção de conhecimentos e personalidades para a criança, pois a mesma estará sujeita a momentos que ela deverá tomar algumas decisões sozinhas e estar preparada para as conseqüências que virão e que lhe ajudarão e muito futuramente, especialmente quando não houver interferência de um adulto.

De acordo com as pesquisas realizadas por Santos (2001, p.25), atualmente o brincar está quase que totalmente ausente nas escolas. Há poucas

entidades contemplando uma proposta pedagógica que envolva o lúdico como eixo norteador do trabalho docente das escolas.

Essas instituições acabam vendo a brincadeira como uma grande perda de tempo e até mesmo na hora do recreio as crianças são privadas de brincar e acabam se deparando com inúmeras restrições dentro das escolas.

Atualmente as crianças vêm sendo podadas de realizar atividades consideradas de grande importância para o seu desenvolvimento, que é a atividade lúdica, como defendem alguns autores como Cunha (1994), Maluf (2003), Grassi (2004) e Santos (1997; 2000) que quanto ao lúdico, deveriam ter reconhecido seu brilhante, importante e essencial papel no desenvolvimento infantil.

A escola deveria se preocupar com esta questão e providenciar urgentemente algumas mudanças, principalmente no ensino inclusivo de alunos com necessidades educativas especiais, onde a criança possa encontrar material adequado e disponível para brincar livremente e professores devidamente capacitados para serem os mediadores no momento das brincadeiras. Quando a criança é privada dessa atividade – brincar – poderá acabar gerando grandes falhas em seu desenvolvimento humano que futuramente poderá causar grandes problemas porque quando se brinca se está vivenciando momentos alegres e prazerosos e desenvolvendo habilidades até então desconhecidas pela criança.

2.4.3 O Brinquedo

“O brinquedo tem um papel importante, aquele de preencher a atividade básica da criança, ou seja, ele é um motivo para a ação.” (VIGOTSKY, *Apud* MALUF, 2004, p.43).

O brinquedo é um objeto em que a criança se apropria e realiza algo primordial para si mesma como uma oportunidade de divertimento. Sendo assim, ele – o brinquedo – se torna um excelente suporte para os momentos das brincadeiras e acaba por proporcionar à criança o desenvolvimento social e emocional e muitas outras funções importantíssimas para o crescimento do educando como o pensamento criativo, que por intermédio do brinquedo se estará instigando a sua

imaginação e curiosidade. Esta será uma excelente relação de contribuição para que esta seja um indivíduo propício à sociabilidade, devido às regras ainda não definidas e que no momento em que as crianças estão brincando, elas criam suas próprias regras e as fazem ser cumpridas.

O brinquedo também permite que a criança venha a conhecer mais claramente as funções mentais como o desenvolvimento do raciocínio, através da criação, pois as crianças podem e criam com um único brinquedo diversas situações de brincadeira. Importante também considerar é que através do brincar e das infindas situações que os brinquedos proporcionam, existe aí um excelente desenvolvimento da linguagem através do diálogo.

Sem o brinquedo fica um pouco mais difícil e complicado para a criança criar brincadeiras e simulação de situações que os levem a brincar. O brinquedo é um importante e necessário objeto que possui uma imensa capacidade de estimular e ensinar as crianças e ao mesmo tempo torná-las crianças mais felizes e criativas.

O brinquedo apresenta-se como um suporte para a brincadeira. E acaba se tornando um incentivo para que um adulto, que um dia também foi criança e fez uso dos seus brinquedos para brincar e se divertir, possa realizar uma reflexão sobre a infância e comparar com a criança existente hoje.

Essa relação é importante, pois é o que contribuirá para a criação de novos brinquedos podendo estes ser um sofisticado produto da indústria de brinquedos que foi pensado, elaborado e produzido com o objetivo de atrair a atenção das crianças para a sua qualidade e beleza da forma, colorido, detalhes atraentes, materiais laváveis, etc. Acabam sendo tão atrativos que conquistam as crianças e até mesmo os adultos que acabam por não os resistirem e isso se deve incontestavelmente muito bem à mídia que desempenha muito bem esse papel de sedução para as grandes empresas de brinquedos. Mas o brinquedo confeccionado artesanalmente e sem o auxílio da mídia também comove e atrai pela sua simplicidade, mas que ficou evidentemente explícita na obra a dedicação da pessoa que o construiu e acaba despertando a curiosidade e o interesse de outros que tentaram reproduzi-lo, porque enquanto se constrói um brinquedo, se enriquece muito mais o ato de brincar, pois enquanto se está pensando e construindo, estará brincando e quem é que não sentirá um imenso e grandioso prazer em dizer a outras pessoas que foi a própria criança quem fez o brinquedo.

Evidencia-se que para a criança não importa a origem do brinquedo, mas sim a alegria e o prazer que estará lhe proporcionando, podendo ser um bem simples e produzido por ela mesma com sucata, funcionará tão bem quanto os demais com um suporte para brincar. O valor de um brinquedo para uma criança poderá ser medido pela intensidade de desafios que o mesmo representará para ela.

Cunha através de seus estudos e análises com base nas obras de Rudolf Lanz afirma que: “Brinquedo é aquele que convida a criança a brincar. Bom brinquedo é o que conduz a criança a um entrega calma, a si mesma”. Cunha (1994 p.27).

A criança ao escolher um brinquedo para brincar poderá estar obedecendo aos apelos de seu interior gerado por situações afetivas que às vezes nem sempre poderão ser conscientes, ou seja, ela saber qual é o verdadeiro motivo que levou a essa escolha. Em outros momentos a escolha pode ter sido gerada pela sedução exercida pelos meios publicitários que acabam conquistando as crianças.

Os brinquedos devem ser objetos fortes, para que não venham a desapontar as crianças e desestimulá-las ao se quebrar quando ainda começar a brincar. Sendo um brinquedo frágil, além do constrangimento e do desapontamento, poderá ser perigoso e abalar a segurança da criança e lhe constranger acabando com o interesse e a vontade de conhecer e experimentar. Quando se trata de uma criança muito tímida que já tem um medo de causar estragos e se deparar com situações constrangedoras. Sendo assim, deve-se observar o selo de qualidade do objeto a ser adquirido para constatar se o mesmo foi aprovado e qual a idade recomendada antes de comprá-lo e oferecê-lo às crianças como novos brinquedos industrializados.

A forma como uma criança brinca poderá revelar o que está guardando em seu mundo interior, seus sentimentos retraídos, que a criança acaba expondo sem perceber através da brincadeira e que serve de suporte para uma análise clínica de profissionais especializados na área da psicologia, quando sentir necessidade em suas análises para ajudar a criança em determinados momentos.

2.4.4 Jogos

Grassi (2004. P.33) ao desenvolver suas pesquisas a respeito dos jogos, realizou uma análise das vinte e sete definições encontradas no dicionário Michaelis (2001, p.1024), para o verbete jogo e selecionou uma delas é “brincadeira, divertimento, folguedo” e “divertimento ou exercício de criança em que elas fazem prova de sua habilidade, destreza ou astúcia”.

O jogo é uma atividade muito importante e fundamental para o desenvolvimento infantil. Ao jogar, a criança terá a oportunidade de explorar o meio que a rodeia através de ações motoras e mentais realizadas livremente e espontaneamente, incluindo vivências e experiências que foram realizadas de forma prazerosa e satisfatória. O jogo é uma atividade que a criança desempenha voluntariamente, mas que precisa ser auxiliada e orientada por uma outra criança mais velha ou até mesmo por um adulto, para que ela possa compreender melhor qual é o objetivo do jogo.

Todo jogo tem um objetivo e o jogador necessita atender qual é. Mas, a pessoa que estiver orientando a criança a respeito do jogo deverá tomar muito cuidado para não se impor demais a ponto de tirar da criança a liberdade de agir, discutir e participar durante o jogo, acaba por deixar o jogo desinteressante e desestimulante para a criança. Porque ao jogar a criança deverá sentir-se livre. “Quando falamos em desenvolvimento integral do sujeito e colocamos o jogo como facilitador desse desenvolvimento, abordamos os aspectos cognitivos, aspectos sociais e os aspectos afetivos” Grassi (2004, p. 35)

Ao jogar, a criança estará desenvolvendo ao mesmo tempo várias habilidades, físicas e psicomotoras que são de fundamental importância para ela. Através de um jogo o educador poderá despertar e estimular na criança a sua imensa capacidade de observação, atenção, concentração, memória e percepção. Pois para que consiga realizar um jogo é preciso fazer o uso dessas capacidades que o educando tem e precisa ser despertada para que a mesma possa fazer o uso dessas capacidades no jogo e em outras situações do cotidiano.

Jogar é em si um ato de brincar, contudo, nesse ato de brincar existirão as regras que precisarão ser entendidas e cumpridas pelos jogadores, para que se consiga atingir os objetivos pré-definidos. No início do jogo é necessário que os

jogadores tenham clareza das regras e orientações antes de iniciar. É necessário também que a criança entenda que durante o jogo pode-se ganhar ou perder, portanto, quando estamos jogando estamos sendo enquadrados entre os ganhadores ou perdedores e isto é um momento muito difícil para a criança, mas que serve de base para um crescimento interior muito importante para o seu desenvolvimento.

Baseando em estudos e pesquisas Jean Piaget (1975) classificou a função dos jogos em:

Jogos espontâneos: Onde a atividade da criança ao jogar é livre, não obedecendo às leis e regras. Nesse jogo quem determina seus procedimentos é a criança, ela joga para si mesma.

Jogos de exercícios: São os chamados jogos funcionais que se iniciam aproximadamente aos quatro meses de idade, momento em que a criança passa a ter uma melhor coordenação da visão e da apreensão. Os bebês gostam de realizar jogos de repetições através das ações de sacudir um chocalho, por exemplo, sendo está a primeira forma de brincar de um bebê. E o gesto de imitação nesta fase é importantíssimo para o desenvolvimento do bebê, pois é através dessa imitação que ele passa a incorporar o mundo que o rodeia desenvolvendo suas habilidades de expressão.

Jogos de manipulação: São praticados pela criança através do contato com diferentes materiais que lhe causem prazer, sentido através da manipulação tátil. Nesta categoria se encaixa o jogo de construção que se iniciam a partir do momento em que a criança consegue realizar a ordenação sobre os objetos e esses jogos são importantíssimos e responsáveis pelo desenvolvimento motor e intelectual da criança e se classificam em seriação, equilíbrio, noções de quantidade, tamanho e peso, discriminação de formas e cores.

Jogos organizados onde a criança está sujeita a obedecer a regras e leis, como por exemplo, os jogos sociais com mais de um participante, os de luta e outros. Com eles a criança aprende a lidar com os sentimentos de ganho e perda.

Jogos simbólicos ou de faz de conta: Além de as crianças realizarem os jogos introduzidos e direcionados pelo professor, ocorrem muitos outros que são inventados pelas próprias crianças sendo eles de fruto de sua própria imaginação, são os chamados jogos simbólicos ou de faz de conta e por meio deles a criança expressa a sua capacidade de representação.

Jogos com regras: À medida que a criança vai crescendo passa a se relacionar melhor com as outras crianças e assim sendo começa a entender e praticar os jogos com regras. E em uma situação imaginária que envolve várias crianças elas conseguem se organizar, determinar as regras que irão reger os jogos, determinar funções e fazê-las serem cumpridas por todos os participantes. “O trabalho com jogos, no que se refere ao aspecto cognitivo, visa contribuir para que as crianças possam adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades e competências.” (PERRENOUD, *apud* MACEDO, 2002, P.24).

Os jogos têm um papel importantíssimo e de destaque na educação, pois o mesmo é a base para que haja um bom desenvolvimento cognitivo e afetivo do ser humano. Sendo que desde os primeiros anos de vida a criança se utiliza dos jogos e brincadeiras para estabelecer uma relação entre os seres humanos e as coisas do mundo que a cerca, além de estar proporcionando muitos outros conhecimentos. O jogo também tem uma grande facilidade de promover a aprendizagem de maneira formal ou informal. Quando se propõe um jogo a uma criança, vários objetivos são almejados e espera-se que a criança seja capaz de desenvolver a capacidade de respeitar limites, sabendo lidar com o prazer de ganhar, ou a decepção de perder, bem como a socialização, pois o jogo proporciona a criança o convívio social, ampliando o sentimento de grupo onde acaba gerando um ambiente de colaboração e cooperação entre os participantes, estabelecendo assim um vínculo de confiança.

O jogo acaba despertando e desenvolvendo o pensamento criativo que os leva a descobrir novas formas de conhecimento, através da relação estabelecida da criança e do seu objeto de conhecimento de forma alegre e agradável que acaba por despertar na criança o gosto de estar buscando mais conhecimentos, pois ela percebe que isto pode acontecer de uma forma lúdica.

Portanto, compete o educador adotar o jogo como um dos recursos em sua prática pedagógica, este deverá ter claro em sua mente qual é o objetivo que se almeja alcançar através do jogo, cuidando para que o mesmo venha proporcionar à criança o maior número possível de experiências. Também é necessário preocupar-se com a duração do jogo tomando cuidado para que o tempo não seja muito curto e a criança não consiga realizar todas as explorações que o jogo convida a realizar e nem que seja muito longo acabando assim por se tornar cansativo e desestimulante.

Outro fator muito importante a ser considerado pelo educador é a intervenção pedagógica no momento adequado. Isso despertará na criança a sua

reflexão possibilitando a mesma a expressar suas idéias que conseqüentemente estará ampliando ou até mesmo gerando um novo conhecimento.

Deve-se tomar muito cuidado ao fazer a exploração do jogo como um instrumento de aprendizagem, para que esta venha acontecer de forma significativa, o mesmo não pode acontecer de forma ocasional, sem ser planejado e organizado, com um objetivo pré-definido, pois se isto vier a ser fato, o mesmo se tornará ineficaz. Outro aspecto a considerar não é a quantidade de jogos desenvolvidos que os levará a estar ampliando seus conhecimentos, mas sim qualidade dos mesmos.

Os jogos a serem utilizados como um recurso pedagógico pode ser industrializado ou confeccionado pelo próprio educador, que deverá levar em consideração o estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra, o material a ser utilizado na confecção e, além disso, se ele está adequado. O mais recomendado por sua riqueza é aquele confeccionado pelas próprias crianças, pois em sua confecção desperta nelas sua capacidade de análise, síntese e planejamento, criatividade e imaginação. Pode ser desconhecido pela criança até então, mas que certamente poderá promover o aumento de sua auto-estima.

Através dos jogos a criança tem a oportunidade de estar construindo a formação de atitudes sociais como respeito, solidariedade, cooperação, responsabilidade, iniciativa e cumprimento de regras. De acordo com suas pesquisas, Piaget (1975) classifica o comportamento infantil relacionado a regras em quatro estágios e o mesmo diz em que seu primeiro estágio a criança ainda não tem conhecimento sobre regras e em seu estágio ela começa a perceber a existência de regras externas impostas pelos adultos, e passa a imitá-las e no terceiro estágio as regras passam a ser para as crianças, estabelecida através de uma decisão do grupo e sendo assim finalizando o quarto estágio com responsabilidade que todos tem de fazer as regras serem cumpridas, pois estas foram construídas com autonomia através de um consenso de todos. “No momento em que a criança passa a aceitar estas porque as compreende, está estabelecido um código de ética verdadeiro”. (Grassi,2004, p.53).

2.5 EDUCAR LUDICAMENTE

Educar ludicamente deve ser um ato consciente e planejado, pois o brincar em situações educacionais oportuniza não só um meio real de aprendizagem, mas também contribui e muito para que a criança desenvolva confiança em si mesma e em suas capacidades. Tendo então o educador um importante papel nesse ato educativo que é preparar-se para assim oportunizar e desenvolver com essas crianças o seu trabalho através da ludicidade.

Na rede regular de ensino o educando com necessidades educativas especiais aprende através de diferentes linguagens, é de importante e fundamental papel ao professor que é o de fazer a relação entre conceito que deseja ensinar o aluno de inclusão ao tipo de linguagem mais adequada que levará da melhor forma possível essa criança a construir seu conhecimento e além de tudo se socializar com os demais.

Os objetivos e conteúdos a serem ensinados serão bem melhor assimilados através da linguagem musical, corporal, oral e plástica, ou seja, que utiliza as mãos. Portanto, cabe ao professor no ensino inclusivo estar analisando os conteúdos a serem desenvolvidos junto aos seus alunos de necessidades educativas especiais, procurando adaptá-los a uma linguagem mais adequada.

Assim, o educador deve por sua vez, promover a elaboração e construção de aprendizagem que sejam significativas para as crianças de inclusão para que assim estabeleçam relações com seus conhecimentos prévios. O ponto mais importante nesse processo do conhecimento é que o aluno não encontre respostas prontas, mas que seja despertada a sua curiosidade para ir buscar as respostas através da construção. Isto só será possível se os educadores no desenvolvimento do seu trabalho, utilizam estratégias pedagógicas que sejam adequadas sempre levando em consideração as especificidades da faixa etária da criança para que está aprendizagem venha acontecer de forma desafiadora, possível e prazerosa.

Brincar é sem dúvida uma atividade natural da criança, portanto, é imprescindível a valorização do lúdico. “A palavra lúdico significa brincar, nesse brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras, e é relativo também a conduta daquele que joga, brinca e que se diverte.” SANTOS (2003, P. 57). O desenvolvimento do educando através da ludicidade facilita muito a aprendizagem,

atendendo em grande parte as suas necessidades especiais. Contribuindo para que o mesmo tenha uma excelente saúde mental, por estar bem preparado anteriormente, facilitando o convívio social e ampliando o conhecimento de mundo, oportunizando por este bom relacionamento social que gera inúmeras trocas de informações que acabam se transformando em conhecimento importante para o cotidiano não só do aluno especial, mas de qualquer ser humano.

Portanto o brincar se torna um importante recurso a ser utilizado pedagogicamente nas instituições que tem as portas abertas para a inclusão, o objetivo de estimular e desenvolver as funções mentais e superiores que estará despertando o pensamento e o raciocínio. O professor ao desenvolver seu trabalho com base numa perspectiva lúdica deverá sempre realizar uma observação e a partir disso fazer um levantamento de situações que achar mais relevante e depois repensar seu trabalho e elaborar uma nova situação lúdica que envolva todos, cabe ao docente estar intervindo de modo que venha estimular as crianças através de questionamentos e encaminhamentos pensados e sugeridos que irá levá-las a avançar do ponto em que se encontrava na sua aprendizagem e desenvolvimento para assim poder estar ampliando-os.

Para que estas intervenções venham a acontecer o educador não deve aproveitar o momento do brincar da criança para realizar outras atividades, quaisquer que sejam elas, muito pelo contrário, é nesse momento que ele deverá estar mais centrado e observando o que está acontecendo somente assim ele terá a possibilidade de analisar o desenvolvimento e dificuldade das crianças para assim elaborar sua proposta de trabalho.

O papel do adulto no desenvolvimento infantil não é o de controle, mas sim o de orientação, para orientar é necessário compreender e entender as linguagens do aluno e isto implica em, também e, sobretudo, participar da riqueza da infância. (LIMA, 2004, p.35)

Portanto a avaliação feita pelo educador em relação aos alunos de inclusão no ensino regular deverá ser minuciosa, onde este registra como vem acontecendo o desenvolvimento da criança. Para que assim o educador possa criar situações e oportunidades de superar obstáculos ainda não vencidos e que são fundamentais para o desenvolvimento.

2.6 A LUDICIDADE COMO PROPOSTA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As escolas, bem como os professores do futuro, não serão iguais aos atuais. A emergência de mudança no mundo nos leva a tal conclusão. As escolas deverão estabelecer novos perfis, transformando muitas de suas ideias e aprendendo a viver com as incertezas que a realidade lhes impõe.

Sabe-se que uma das grandes incertezas vivenciadas pela escola atualmente é a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais junto às classes ditas “normais”. São grandes as dúvidas e receios por parte dos profissionais em educação. Percebe-se a enorme confusão até mesmo na conceituação e diferenciação de termos como necessidade educativa especial, necessidade especial e dificuldade de aprendizagem. A palavra inclusão é muito falada, mas pouco compreendida. As diferentes formas de desenvolvimento do processo inclusivo ainda são fatores desconhecidos pela maioria dos professores que tentam trabalhar da melhor maneira possível, mas totalmente desamparados em termos de referências não só dentro da escola como também fora dela.

A partir dessa real dificuldade que a maior parte dos professores enfrenta, procura-se estabelecer novos rumos do trabalho pedagógico com alunos incluídos, e um deles é o mais variados materiais lúdicos existentes, como os jogos, brinquedos e brincadeiras, com suas respectivas especialidades e alternativas de exploração, sendo estes possíveis facilitadores do processo inclusivo.

Um outro aspecto importante é o histórico social de cada criança com necessidades educativas especiais que o professor irá trabalhar ou esteja trabalhando, como forma de promover um trabalho de qualidade e também diminuir as diferenças existentes, obtendo uma maior interação do aluno com necessidades educativas especiais, junto aos demais alunos da sala de aula.

Essa idéia é enfatizada por Machado (2005):

A criança portadora de necessidades educativas especiais precisa desde muito cedo, estar com outras crianças e aprender a desfrutar dessa oportunidade que se constitui em um dos principais objetivos da inclusão. Considera-se como espaços lúdicos de inclusão aquele que contém equipamentos e brinquedos que favoreçam a integração entre as crianças apesar de suas diferenças. As crianças de deficiência sensorial física e/ ou mental poderão desfrutar desse espaço. Brinquedos, jogos e brincadeiras ajudam as crianças portadoras de deficiência a se prepararem socialmente

quando estas por sua vez freqüentam uma escola comum (MACHADO, 2005, p.34)

Isso mostra que o aspecto lúdico contido no processo inclusivo de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular é essencial para um melhor desempenho deste, causando novas experiências no convívio, no aprendizado e no desenvolvimento de valores éticos como o respeito às diferenças, espírito de equipe, criatividade, responsabilidade e imaginação. Através das brincadeiras a criança: aprende, exercita suas novas habilidades, percebe (fascinada) coisas novas, digere medos e angústias, repete sem parar o que gosta, explora e pesquisa o que há de novo ao seu redor (MALDONADO, 2005, p. 22).

O jogo, assim como o brinquedo e a brincadeira precisa ser explorados de diversas formas, em várias ocasiões, de acordo com a realidade percebida. Isto significa que um jogo pode ter suas regras modificadas quando necessário, adequando-as a cada necessidade educativa especial, para evitar constrangimento às crianças que, por exemplo, tivessem uma limitação que as impedissem de jogar. Sabe-se que cada indivíduo seja portador ou não de alguma necessidade especial, possui alguma necessidade que se destaca em relação ao outro.

Segundo Brougère apud Gil (2005, p.3) os brinquedos, jogos e materiais pedagógicos não trazem em seu texto um conhecimento pronto e definido. Traz ao contrário, um conhecimento potencial que pode ou não ser um descoberto pelo aluno. Todo material pedagógico não deve ser contemplado com algo igual para todos. É na verdade um recurso dinâmico que se altera em função do simbolismo e da imaginação de quem o utiliza.

Por esta razão, é que a melhor forma de trabalhar com o aluno especial é dentro da sala de aula com toda a turma, pois é através de um jogo, brinquedo ou brincadeira, adaptados às necessidades especiais deste aluno, que ele terá chances de se destacar frente aos demais, ser respeitado e visto como alguém capaz de participar e, porque não dizer, de superar suas dificuldades.

Então, as crianças com necessidades educativas especiais que são incluídas no ensino regular, terão uma sensível valorização da sua auto-estima e seus atos passam a ter maior consideração perante seus colegas.

Contudo, ainda fica evidente que este é um longo caminho a ser percorrido e que transformar a sala de aula em um local aberto à ludicidade é uma tarefa bastante árdua, em vista da própria formação docente, das condições

estruturais, das instituições e da visão equivocada de que brinquedo é tudo, menos coisa séria. É necessário, porém, que o jogo, o brinquedo e a brincadeira deixem de ser apenas recursos de emergência no final de uma aula conturbada para ocupar o seu papel principal, isto é, ser o eixo do processo inclusivo, proporcionando a partir daí uma melhora na auto-estima desse aluno de inclusão, como também uma nova consciência que poderá ser estabelecida em sala de aula e em toda a comunidade escolar.

2.7 O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E O LÚDICO NO ENSINO INCLUSIVO

As atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano e em especial da vida das crianças, desde o início da humanidade. A ludicidade no processo inclusivo é um assunto ainda recente, mas que tem conquistado espaço nos mais diversos setores da sociedade. Diante dessa realidade é preciso buscar novos caminhos para enfrentar os desafios desse milênio e nesse cenário que nos encontramos será inevitável a busca do prazer para educação inclusiva, através da ludicidade. Santos (2000) salienta isto quando explica que:

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão, construção do conhecimento (SANTOS, 2000, p. 110).

Evidente que antes do educador organizar e planejar as atividades, é importante observar o nível de desenvolvimento intelectual dos educandos, a sua maneira de aprender, onde possa estimular seus interesses, de acordo com suas capacidades. A partir daí o professor deverá planejar e selecionar o tipo de atividades lúdicas adequado, conforme as necessidades da criança para que supere seus desafios e se mantenha motivada e valorizada na atividade, abrindo-lhe caminhos para que o processo de mediação pedagógica se concretize.

O professor deve proporcionar oportunidades para que o jogo, o brinquedo e o brincar aconteçam de um modo educativo, em espaço físico agradável

e materiais pedagógicos apropriados que possibilitem convívios enriquecedores e prazerosos.

As atividades lúdicas devem ser intervindas pelo educador sempre que necessário de maneira seja esclarecido às dúvidas e que estimule a busca de soluções, onde a cooperação prevaleça.

A ludicidade deve estar presente nas aulas do professor sempre que indicarem que serão eficientes, contribuindo com isso, para a assimilação dos conteúdos e no desenvolvimento integral do educando. Muitas atividades lúdicas auxiliam a criança a abstrair e formar conceitos que não conseguiria por outros métodos de aprendizagem. Ensinar o educando a partir do lúdico permite que ele experimente inúmeras possibilidades e caminhos, pois quando gostamos do que realizamos, aprendemos muito melhor.

Portanto, a ludicidade deve estar presente constantemente nas práticas pedagógicas dos educadores, pois a mesma é muito importante e essencial para desenvolvimento do educando com necessidades educativas especiais, como também das demais crianças.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

O local do estudo é a Escola Municipal Naymi Abrão Nasser, (1º ao 5º ano do ensino fundamental) localizada no município de Marilena - Paraná na região Noroeste do estado.

3.2 TIPO DE PESQUISA E TÉCNICA DA PESQUISA

A princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica que busca discutir sobre a importância da ludicidade sobre a forma de inclusão escolar. Realizou-se uma análise conceitual e também uma análise subjetiva, onde será colocada a opinião do pesquisador perante o tema tratado, baseada no conhecimento que está sendo elaborado, nas vivências individuais e nas crenças que são transmitidas através da tradição, da educação e da própria mídia.

Após a pesquisa teórica muitas dúvidas começaram a surgir e para que estas pudessem ser sanadas fez-se necessária uma pesquisa de campo para que houvesse um contato mais direto do assunto da pesquisa com o pesquisador, adquirindo assim, certa clareza do que os profissionais da educação pensam a respeito da temática pesquisada e também com os alunos para averiguar suas expectativas em relação ao dia-dia escolar e a prática desses profissionais.

Essas entrevistas foram realizadas individualmente e os profissionais entrevistados apresentaram seu ponto de vista a respeito de cada pergunta que lhes foi feita.

3.3 COLETA DOS DADOS

Os dados da pesquisa de campo foram coletados através de questionários (apêndices A e B) com perguntas e respostas que foi elaborado de acordo com o tema da pesquisa, sendo aplicado na instituição por meio do autor da pesquisa. Foi feita a pesquisa com os respectivos envolvidos na educação: diretor, coordenador, professores e alunos. Os dados que aqui serão apresentados foram coletados no período de 8 a 11 de outubro de 2012, através de um questionário aberto, que foi aplicado em forma de entrevistas a 1 diretor, 1 coordenador, 5 professores que atuam do 1º ao 5º ano e 5 alunos que estudam nos respectivos anos, cada um no respectivo ano em que estuda, desta mesma instituição de ensino regular da rede pública do Noroeste do Paraná.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir do momento em que todos os dados foram coletados, passou-se então, para a análise dos mesmos, para que possa haver com isto, um maior conhecimento do que esses profissionais realmente pensam a respeito do que é o lúdico, qual a importância e quais as contribuições que o mesmo tem no desenvolvimento de uma criança com necessidades educativas especiais em um ensino inclusivo no processo de ensino aprendizagem.

As entrevistas foram nomeadas como profissionais da educação (D) diretora, (C) coordenadora, (PA) professora “A”, (PB) professora “B”, (PC) professora “C”, (PD) professora “D” e (PE) professora “E”, (AA) aluno “A”, (AB) aluno “B”, (AC) aluno “C”, (AD) aluno “D” e (AE) aluno “E”.

4.1 PERFIS DOS ENTREVISTADOS:

(D) Diretor

Sexo: feminino

Idade: 50 anos

Formação: superior completo

Tempo de atuação no magistério: 35 anos

Tempo na direção da escola: 8 anos

(C) Coordenador

Sexo: feminino

Idade: 38 anos

Formação: Pós-graduação/especialização

Tempo de atuação no magistério: 16 anos

Tempo na coordenação da escola: 2 anos

(PA) Professor “A”

Sexo: feminino

Idade: 37 anos

Formação: Pós-graduação/especialização

Tempo de atuação no magistério: 13 anos

Atua em qual ano do ensino fundamental: 1º ano

(PB) Professor “B”

Sexo: feminino

Idade: 50 anos

Formação: superior completo

Tempo de atuação no magistério: 35 anos

Atua em qual ano do ensino fundamental: 2º ano

(PC) Professor “C”

Sexo: feminino

Idade: 28 anos

Formação: Pós-graduação/especialização

Tempo de atuação no magistério: 7 anos

Atua em qual ano do ensino fundamental: 3º ano

(PD) Professor “D”

Sexo: masculino

Idade: 22 anos

Formação: superior completo

Tempo de atuação no magistério: 5 anos

Atua em qual ano do ensino fundamental: 4º ano

(PE) Professor “E”

Sexo: feminino

Idade: 33 anos

Formação: Pós-graduação/especialização

Tempo de atuação no magistério: 14 anos

Atua em qual ano do ensino fundamental: 5º ano

(AA) Aluno “A”**Sexo:** feminino**Idade:** 6 anos**Ano em que estuda:** 1º ano**(AB) Aluno “B”****Sexo:** masculino**Idade:** 7 anos**Ano em que estuda:** 2º ano**(AC) Aluno “C”****Sexo:** masculino**Idade:** 8 anos**Ano em que estuda:** 3º ano**(AD) Aluno “D”****Sexo:** feminino**Idade:** 9 anos**Ano em que estuda:** 4º ano**(AE) Aluno “E”****Sexo:** feminino**Idade:** 10 anos**Ano em que estuda:** 5º ano

4.2 ENTREVISTAS COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Questão 1

Há alunos de inclusão na escola ou em sua sala de aula? Quais são as principais características desses alunos?

D – Sim. Em grande parte são alunos em que a idade mental não está de acordo com a idade cronológica, ou seja, atrasada ou antecipada.

C – Sim. São alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem tanto na leitura e escrita quanto no raciocínio lógico.

PA – Sim. Déficit de atenção e dificuldade de aprendizagem.

PB – Sim. Déficit de atenção e de aprendizagem.

PC – Sim. Dificuldades na leitura e escrita e crianças com déficit intelectual.

PD – Sim. Deficiência intelectual.

PE – Sim. Eles freqüentam sala de recurso, dificuldade de aprendizagem e dislexo.

Podemos perceber que pelas respostas obtidas, que na maioria dos casos os alunos de inclusão são os que têm algum tipo de déficit na aprendizagem, ou seja que não conseguem acompanhar o nível de aprendizagem da turma e com índices de repetência.

Questão 2

Há uma rotina diferenciada para esses alunos? Nessa rotina são realizadas atividades lúdicas? Quais são elas e seus objetivos?

D – Há um atendimento diferenciado de acordo com a necessidade do aluno. É se trabalhado com jogos para melhorar a concentração e percepção mental das crianças em geral.

C – Sim, dentro das dificuldades de cada aluno, para que seja assim, superada a cada dia.

PA – Sim, eles freqüentam salas de recurso. Há jogos que estimulam o raciocínio lógico, memória e percepção.

PB – Sim. Jogos que estimulem o raciocínio lógico e também uma maneira de descontração.

PC – Sim, há sala de recurso e atividades diferenciada de acordo com a necessidade de cada criança. Geralmente não, ou só como forma de complementar uma atividade como: cantar uma música ou realizar um teatro, visando mais a descontração.

PD – Sim nas avaliações de aprendizagem. Aplico atividades lúdicas na confecção de brinquedos. Com isso é preciso perceber o quanto é importante reciclar e reutilizar materiais.

PE – Eles freqüentam a sala de recurso. As atividades são as mesmas, mas o encaminhamento é diferente. Às vezes, jogos matemáticos, bingo e quebra cabeça. Desenvolver o raciocínio lógico e a atenção.

Os profissionais entrevistados demonstram ter clareza da necessidade de uma rotina, pois isto contribuirá para a formação da criança com necessidades educativas especiais. Os professores A, C e E, coloca também como rotina diária a sala de recurso, mas a esta por sua vez, serve como apoio para o aluno de inclusão que está inserido no ensino regular, trabalhando a dificuldade específica de cada um, este trabalho é feito separadamente da classe comum e não no dia-dia da sala de aula. Contudo percebe-se que a maioria desses profissionais trabalha ou dão encaminhamentos diferentes para esses alunos, na maioria dos casos, utilizando-se de atividades lúdicas, enfocando assim, vários objetivos para o próprio desenvolvimento do aluno inclusivo, exceto o professor C que pouco se trabalha e ainda sem um objetivo mais significativo.

Questão 3

Essas atividades lúdicas são realizadas em tempo integral ou horário específico? Qual a sua periodicidade?

D – Cada professor fica livre para estabelecer de quando e de forma trabalhar o lúdico de acordo com os conteúdos a serem trabalhados.

C – O professor trabalha de acordo com a necessidade, não se tem uma especificidade em relação a isto, ele a estabelece de acordo a realidade da turma.

PA – Trabalho em horário específico. Uma vez por semana.

PB – Tem um horário específico. Uma vez por semana.

PC – trabalho em horário específico. Talvez a cada 15 dias ou mais.

PD – trabalho em horário específico. Uma vez por semana.

PE – trabalho em horário específico. Uma vez por semana.

Observamos que o diretor e o coordenador deixam a cargo dos professores para a realização das atividades lúdicas, de acordo com o encaminhamento da aula de cada um, os mesmos na maioria das vezes aplicam as atividades lúdicas 1 vez

por semana ou até menos, sendo abaixo do esperado de acordo com a pesquisa teórica.

Questão 4

O que você define por uma atividade lúdica? E qual a importância da mesma para a vida de um aluno com necessidades educacionais especiais.

D – Atividade lúdica é aquela que trabalha através dos jogos ou divertimento, o aluno a faz com prazer e ao mesmo tempo vai construindo seus saberes juntos com os demais.

C – É aquela atividade que leva o aluno a desenvolver suas habilidades de forma prazerosa, não tornando a rotina escolar tão entediante.

PA – Atividade lúdica é uma maneira de desenvolver no aluno a criatividade através de jogos e brincadeiras. Através do lúdico é possível ensinar de forma prazerosa.

PB – Atividade lúdica é aquela em que a criança aprende e se diverte.

PC – Lúdico é tudo que a criança realiza com prazer, onde há maior interação com os demais alunos, motivando a aprendizagem desse aluno.

PD – Atividades que une o jogo, brincadeira para apropriar-se de conhecimentos de sala de aula, sendo uma forma de estímulo diferenciado.

PE – Atividades que sejam divertidas onde envolva todo um grupo. São importantes, pois desenvolvem inúmeras habilidades como: raciocínio, lateralidade e outros.

Através de uma análise comparativa entre as respostas obtidas pelos profissionais entrevistados, percebe-se que todos têm a consciência de que qualquer atividade lúdica deve ser prazerosa e que também promove um benefício significativo aos alunos de inclusão, conforme a necessidade de cada um.

Questão 5

Existe um projeto na escola referente às atividades lúdicas? Qual?

D – Por enquanto ainda não há um projeto específico, mas ofertamos vários tipos de materiais como: jogos e brinquedos.

C – No momento não há projetos que contemple necessariamente o lúdico na escola.

PA – A escola não tem um projeto que envolva a ludicidade, mas o professor pode elaborar um projeto e trabalhar com seus alunos.

PB – A escola tem os materiais lúdicos para complementar o trabalho do professor, mas não tem um projeto a ser cumprido.

PC – Não temos ainda esse tipo de projeto.

PD – Um projeto não, só jogos e brinquedos.

PE – Tem-se um projeto que é a sala de recurso que fica na secretaria da educação.

Observamos que na escola há materiais lúdicos, mas não um projeto, onde talvez poder-se-ia pensar a respeito da implantação de um. Os profissionais da escola citaram a sala de recurso, só que esta é um projeto que abrange todo o município, onde é trabalhado especificamente com os alunos com necessidades educativas especiais e não junto aos demais alunos, ou seja, os alunos não estão se socializando com os demais, pois o objetivo a atingir é outro.

Questão 6

Como você define o comportamento dos alunos de inclusão na realização de uma atividade lúdica das demais atividades?

D – A criança realiza a atividade com prazer e na maioria das vezes nem se dá conta que com a mesma a leva a construção do conhecimento sistematizado.

C – No momento da atividade lúdica o aluno participa das atividades com muita satisfação não se sente cansado e aprende com mais facilidade,

PA – Diferente, mas dentro do seu limite, é muito importante respeitar as limitações de cada um.

PB – Cada situação a criança tem um comportamento, sendo mais espontânea, interage mais com o grupo e os conteúdos, obtendo mais interesse e atenção.

PC – A atividade lúdica deixa o educando, mais motivado, descontraído, demonstra mais interesse pela aula.

PD – A interação e envolvimento dos alunos para com a realização das atividades.

PE – Há aqueles alunos de inclusão que conseguem realizar as atividades tranquilamente, enquanto que têm outros que necessitam do auxílio constante do professor.

As respostas obtidas nesta pergunta pelos educadores são extremamente positivas, notando o quanto o lúdico tem a contribuir para o ensino inclusivo que tanto é abordado nos dias atuais.

Questão 7

A secretaria da educação junto ao governo do estado investe neste tipo de atividade, instigando os profissionais e dando subsídios para os mesmos?

D - A secretaria da educação tem as salas de recurso que faz com que o aluno sempre melhore sua capacidade intelectual, através dos jogos e brinquedos.

C – Bom a secretaria da educação tem as salas de recurso que envolve brinquedos e jogos para os alunos com dificuldades de aprendizagem. Há também apostilas com inúmeras sugestões e tipos de brincadeiras e jogos, principalmente voltados para a alfabetização.

PA – Oferta apostila com atividades lúdicas, assim como alguns materiais.

PB – Investe com materiais e também salas de recurso.

PC – Oferecem a sala de recurso, os encontros pedagógicos onde há troca de experiências.

PD – Sim, a escola recebe materiais para o trabalho com a ludicidade.

PE – Há compra de materiais e sala de recurso.

Pelo que se pode perceber a secretaria e o governo estadual investem nestes profissionais e na escola como um todo, tentando de alguma forma contribuir para uma inclusão de qualidade, mas tendo que ainda aprimorar e ajustar alguns fatores que podem vir a prejudicar a plena inserção de um ensino inclusivo nas instituições de ensino regular.

4.3 ENTREVISTAS COM OS ALUNOS

Questão 1

A professora trabalha com jogos e brincadeiras em sala de aula?

AA – Sim, jogos.

AB – Sim, jogos de quebra-cabeça.

AC – Não.

AD – Sim, o professor está fazendo um fantoche e nos leva a quadra da escola.

AE – Sim, quebra-cabeça.

Segundo a maioria das respostas dos alunos estão de acordo com as respostas dos seus educadores, ou seja, de alguma forma é se trabalhado o lúdico na sala de aula, exceto o professor C. Notando que as respostas não são contraditórias.

Questão 2

Você prefere as aulas quando tem brincadeiras e jogos? Por quê?

AA – Sim, porque é mais legal.

AB – Sim, é muito divertido e aprendo bastante.

AC – Sim, pois é legal.

AD – Sim, pois é mais legal para aprender as coisas e se divertir.

AE – Sim, pois tem mais diversão e aprende mais.

É muito interessante analisar que as respostas são unânimes e que ainda afirmam que aprendem mais, ou seja, se interessam mais, sendo, portanto o lúdico um grande aliado para a aprendizagem não só dos alunos com necessidades educativas especiais, mas para todos, garantindo de alguma forma o sucesso e a qualidade no ensino.

Questão 3

A professora aplica essas aulas:

() Todos os dias

() Às vezes

() Muito pouco

AA – Muito pouco.

AB – Às vezes

AC – muito pouco

AD – Às vezes

AE – Às vezes

Nesta resposta se encontra o grande X da questão, de todas as respostas analisadas até agora, já sabemos que o lúdico é utilizado como recurso didático no ensino inclusivo, só que a freqüência ou até mesmo a forma com que aplicam essas atividades podem não estar sendo significativa para os alunos, na convivência escolar, se tornando um grande paradoxo, pois se os profissionais têm o material disponível, sabem da importância do lúdico como um aliado na aprendizagem e de seus bons resultados. Por que os educadores trabalham tão pouco com esse recurso didático? Será uma falta de hábito desses profissionais ou mesmo um comodismo didático e metodológico não só dos educadores, mas de todo um contexto educacional que talvez não de tanta ênfase tanto no lúdico quanto na inclusão.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Analisando os resultados da pesquisa de campo percebe-se que os profissionais entrevistados relatam que os alunos incluídos participam e aprendem melhor com as atividades lúdicas, obtendo maior interesse, sendo um motivo a mais para que estas atividades sejam cada vez mais aprimoradas e realizadas de uma maneira dirigida no ensino inclusivo, trabalhando não só nas dificuldades do educando, mas também sob forma que se desenvolva ainda mais suas capacidades, pois o lúdico é coisa séria.

No entanto, ainda existem profissionais que realizam atividades lúdicas de forma a preencher espaços em suas aulas, outros que não conseguem conciliar atividades lúdicas com outras atividades rotineiras, por falta de cursos de capacitação, interesse profissional em aprimorar a prática educativa, uma vez que o lúdico não se resume somente a educação infantil, deve-se tirar esse pré-conceito estabelecido no âmbito educacional e utilizar-se da ludicidade com maior frequência nos planos de aula, estabelecendo assim, como um recurso didático a mais no ensino através de um projeto específico, de forma a contribuir e enriquecer o acervo do professor, havendo assim uma quebra de paradigma.

Portanto, a nossa proposta é que o lúdico na inclusão seja trabalhado de forma consciente e acima de tudo com respeito pelos educadores. Partindo desse ponto procuramos dar embasamento teórico para que sirva a partir disto, como um caminho para educação de qualidade, onde a diferença, o prazer e auto-estima entrem em harmonia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à finalização desta pesquisa que tinha como objetivo principal realizar um estudo a respeito de uma temática que vem sendo abordada e discutida na área educacional – o lúdico como recurso didático para trabalhar com a inclusão – nos é permitida uma série de reflexões práticas e advindas do contexto escolar que permite caracterizar os distintos perfis docentes e suas consequentes concepções de trabalho através da ludicidade. Após a revisão bibliográfica envolvendo o assunto e a consequente coleta de dados, foram realizadas entrevistas com profissionais da rede regular de ensino público e muitas análises podem ser feitas sobre o estudo aqui enfatizado.

Constata-se que o lúdico como recurso didático para trabalhar com a inclusão não é um assunto novo, pois vem sendo discutido há vários séculos pelos primeiros e grandes estudiosos que se dedicaram a pesquisar e estudar o que acontece no desenvolvimento do indivíduo excepcional. Desde então, esses educadores defendiam que o trabalho a ser realizado com os mesmos deveria priorizar em sua prática pedagógica as atividades lúdicas como elementos essenciais para a educação inclusiva.

No entanto, o que consta é que alguns profissionais que atuam nesta área não têm a clareza da importância que estas atividades podem ter na vida dos educandos, ou seja, eles têm conhecimento de que as atividades lúdicas na inclusão são necessárias em qualquer faixa etária, mas quando estes fazem o uso de tais atividades na prática pedagógica, nem sempre é com uma significativa frequência. Com isso as atividades lúdicas acabam perdendo o seu real sentido, pois não obtêm o efeito esperado e passam a ser encaradas como mera distração ou passatempo, principalmente no final das aulas.

Assim, deve-se propiciar e estimular a criança especial através de jogos brinquedos e brincadeiras considerando seu desenvolvimento integral contemplando, portanto, os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e mentais do indivíduo. Os aspectos supracitados são fundamentais para que tenham uma boa formação da personalidade e da identidade da criança até mesmo para que instigue ainda mais suas capacidades.

No entanto é necessário que não só os professores, mas também todos os profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o ambiente educativo comecem a repensar suas práticas, inserindo o lúdico como recurso didático, pois este não é suficientemente trabalhado. Segundo os estudos realizados, a sugestão seria trazer um projeto de atividades lúdicas para dentro da escola ou para a sala de aula, onde o professor trabalharia de 2 a 3 vezes por semana, de acordo com os conteúdos do currículo ou mesmo sob forma de estímulo. Os educadores determinariam os objetivos conforme as necessidades de cada educando, investindo em materiais e aparelhos que ajudem a melhorar e desenvolver a capacidade do aluno inclusivo.

Portanto após, realizar vários estudos bibliográficos com base em CUNHA, MALUF, GRASSI, SANTOS, MAZZOTA, MONTEIRO e LDB, considera-se que o aspecto lúdico na inclusão visa desenvolver não só a área cognitiva, mas também a psicológica, a emocional e a social que são fundamentais para a formação de um ser crítico, reflexivo e consciente de seu papel social. As atividades lúdicas são a forma mais adequada e facilitadora do processo de ensino e aprendizagem na inclusão, pois são prazerosas, agradáveis e acabam levando o indivíduo a adquirir o conhecimento com maior facilidade.

Em uma relação lógica e compreensiva do assunto abordado, é possível perceber claramente como as atividades com perfil lúdico têm maior eficiência no desenvolvimento de atitudes de cooperação e respeito ao tempo e espaço de cada um no que tange sua participação nas atividades desenvolvidas.

O profissional deve deixar de lado a superficialidade metodológica e ter a grande preocupação com quando e como melhor utilizar os recursos de ludicidade no ambiente escolar. Além disso, é indispensável que se tenha sempre a clareza dos objetivos de cada atividade proposta e não considere a ludicidade como perda de tempo ou preenchimento de rotina, mas sim, uma alternativa para o sucesso e qualidade da inclusão no ensino regular.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria. C. S. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Disponível em: <www.Scielo.br/scielo.php> Acessado em: 24/06/2012, 23:12.

BENJAMIN, W. **A criança o brinquedo a educação**. 3ª Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1984. p.45.

BIANCHETTI, L. FREIRE, MARA. I. **Um olhar sobre a diferença**. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CUNHA, Nylse. H. S. **Brinquedoteca: Um mergulho no brincar**. São Paulo: Maltese, 1994.

FORTUNA, Tânia. R. **O brincar na educação infantil**. Pátio: Revista pedagógica. Ano 1, n. 3, p. 21-27, dez-2003/mar-2004.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

GIL, João. P. A. SCHEEREN, C. LEMOS, Hellen. D. D. FERREIRA, Simone. M. **O significado do jogo e do brinquedo no processo inclusivo: conhecendo novas metodologias no cotidiano escolar**. Disponível em: <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/osignificadodojogo.htm>> Acesso em: 13/08/2012, 10:41.

GOTTI, O.M. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Brasília: ministério da educação e do esporte, SEEP, 2004, 353p.

GRASSI, Tânia. M. **Oficinas psicopedagógicas**. Curitiba: Ibepec, 2004.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola, São Paulo, Ano XVII n. 165, p.40-47, set. 2003.

HAETINGER, Max G. **Jogos, recreação e lazer**. Curitiba. IESDE, 2006.

LIMA, Lauro. O. **Piaget: Sugestão aos educadores**. Petrobrás: vozes, 1999.

LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

MACEDO, Lino. PETTY, Ana. L. S. PASSOS, Norimar. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: artmed, 2005.

MACHADO, Edileine. V. **Missão: buscar alternativas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências**. Disponível em: < <http://www.unicid.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3686>> acesso em: 05/07/2012, 18:37.

MALUF, Angela. C. M. **Brincar: prazer e aprendizado**. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2003.

MANTOAN. Maria. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. Disponível em: < <http://www.educacaoonline.pro.br/> > acesso em: 21/08/2012, 08:23.

MAZZOTA, José. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTEIRO, S. Inclusão: um desafio para os sistemas de ensino. 8 p. Disponível em: <portal.mec.gov.Br/sees/index.php. Acesso em: 05/09/2012. revista de ciência da educação: são Paulo, 2004. ano 4, n. 6, unisal.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar/INL, 1975.

SANTOS, Santa. M. P. **Brinquedoteca o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____, Santa. M. P. **Brinquedo: A criança o adulto e o lúdico**. Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 2000.

_____, Santa. M. P. **A ludicidade como ciência**. Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para os profissionais da educação (diretor, coordenador e professores).

1ª Parte

1. Perfil do entrevistado:
() feminino () masculino
2. Idade: _____ anos
Formação: () Superior incompleto () Superior completo
() Pós-graduação – Especialização () Mestrado () Doutorado
3. Tempo de atuação no Magistério: _____ anos
4. Atua em qual ano do ensino fundamental:

2ª Parte

1. Há alunos de inclusão na escola ou em sua sala de aula? Quais são as principais características desses alunos?
2. Há uma rotina diferenciada para esses alunos? Nessa rotina são realizadas atividades lúdicas? Quais são elas e seus objetivos?
3. Essas atividades lúdicas são realizadas em tempo integral ou horário específico? Qual a sua periodicidade?
4. O que você define por uma atividade lúdica? E qual a importância da mesma para a vida de um aluno com necessidades educativas especiais.
5. Existe um projeto na escola referente às atividades lúdicas? Qual?
6. Como você define o comportamento dos alunos de inclusão na realização de uma atividade lúdica das demais atividades?
7. A secretaria da educação junto ao governo do estado investe neste tipo de atividade, instigando os profissionais e dando subsídios para os mesmos?

APÊNDICE B – Questionário para alunos

1ª Parte

1. Perfil do entrevistado:
 feminino masculino
2. Idade: _____ anos
3. Série: _____

2ª Parte

1. A professora trabalha com jogos ou brincadeiras em sala de aula?
2. Você prefere as aulas quando tem brincadeiras e jogos? Por quê?
3. A professora aplica essas aulas:
 todos os dias
 as vezes
 muito pouco